



POLÍTICA EXTERNA, CONGRESSOS NACIONAIS E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Cauanna Gaudio- estudante de Graduação de Ciências Sociais- UNESP/FCLar-
cauannafaudio@gmail.com

Maria Luísa Telarolli- estudante de Mestrado- Programa San Tiago Dantas (UNESP/ Unicamp/ PUC-sp)-
lutelarolli88@gmail.com

Tainá Dutra estudante de Graduação de Ciências Sociais- UNESP/FCLar-
tainaassumpcao@gmail.com

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise de como os processos de integração regional são incorporados na política externa da Colômbia e do Peru e, de que forma, os respectivos Congressos desses países se posicionam em relação a esses processos regionais. Partimos do pressuposto de que haveria uma tendência à incorporação dos debates parlamentares na formulação da estratégia de política externa, na medida, em que estes processos necessitam de apoio político para sua implementação. A política externa deverá ser pensada como a passagem do poder decisório da burocracia especializada e do governo para esfera pública, que é representada pelo Congresso Nacional. Portanto, o presente trabalho busca compreender quais os rumos da política externa do Peru e da Colômbia para integração regional pensados, por meio, dos discursos parlamentares dos Congressos nacionais dos referidos países nos últimos quinze anos.

Palavras-chave: Política Externa; Congresso; Integração.

Esse artigo tem como objetivo traçar um breve panorama das decisões de política externa para os processos de integração regional nos últimos quinze anos no Peru e na Colômbia. Para tanto, parte-se do pressuposto de que as decisões de política externa são parte das atribuições do Congresso Nacional dos países analisados, uma vez que sua ratificação e implementação ocorre nesse âmbito.

Os congressos nacionais, a política externa e a integração regional

Os Estados sob a perspectiva realista, durante muito tempo dominante nas Relações Internacionais, eram vistos como caixas pretas nas quais as decisões tomadas em âmbito interno eram dados representados no espectro do interesse nacional, cuja racionalidade em torno do interesse principal pela segurança nacional era o elemento principal. Entretanto, a formulação dessas preferências expressas nos rumos tomados pelas políticas externas dos países é algo muito mais complexo, que nem sempre é linear e



convergente, especialmente no que refere-se a segurança, pois a propensão a cooperação em grande parte é guia para pensar política externa.

O surgimento nos final dos anos oitenta e início dos anos noventa de uma nova ordem mundial contribui muito para os estudos relacionados à política externa. Há novos desafios, novos conflitos e decisões devem ser tomadas, os temas das agendas internacionais se tornam mais abrangentes, disputas interestatais se tornam fulcro das preocupações do direito internacional e as democracias se expandem para áreas até então não imaginadas, como é o caso da primavera árabe (STAVRIDIS, 2013).

São justamente os processos de redemocratização do final dos anos oitenta na América Latina que trazem consigo a ressignificação das pesquisas para política externa, pois trazem a democratização das relações políticas, nas quais há a politização do processo decisório de políticas públicas expressa pela participação do legislativo e; a liberalização econômica, elemento que surge junto à globalização, trazendo maior complexidade ao processo, pois realoca a esfera pública na competição do mercado, desprovidos da proteção pública (LIMA, 2000).

A discussão em termos de política externa sobre o papel do Executivo e Legislativo é algo muito recorrente, pois muitas vezes é difícil ter precisão do papel dos Congressos na política externa dos países, pois o ator de destaque é, na maior parte das vezes, o presidente e a burocracia especializada na figura do chanceler, o que induz a percepção de que por serem eles os atores da ação inicial de negociação, também seriam eles os decisores do caminho a ser seguido, sendo o legislativo, mero figurante ao qual cabe apenas a ratificação e submissão as decisões tomadas.

Alguns autores retratam a figura do Executivo, em especial aqueles que trabalham com os Estados Unidos, como imperial relegando ao Legislativo as decisões que produzam real impacto em nível doméstico. Ademais, muitos veem os Congressos desinteressados da política externa, pois enveredar-se por esses meios é algo que não traz frutos para uma possível reeleição (ONUKE, RIBEIRO, OLIVEIRA, 2009). Também há estudos que apontam para o fato de que os custos políticos do Legislativo em contrariar as decisões do Executivo seriam altos demais para serem encarados (LIMA, SANTOS, 2001).

Entretanto, essa visão está sendo cada vez mais desmistificada, pois a complexidade e pluralidade de interesses acomodados em um arranjo para política externa é algo que não deve ser desconsiderado, especialmente quando as decisões tomadas trazem ganhos e impactos desiguais para sociedade nacional, nesse caso, é claro que a política nacional é ponto influenciador (LIMA, 2000). Além disso, a globalização rompe com barreiras e delimitações dos Estados nacionais criando conexões e padrões que fazem com que interno e externo se tornem cada vez mais associados, bem como, a economia cria redes entre diferentes subnacionalidades. Portanto, há crescente interesse público por decisões em âmbito externo, como exemplo



pode-se dizer o caso da ALCA no Brasil no final dos anos noventa, processo esse que teve acompanhamento e mobilização popular para as decisões acerca do tema.

Martin (2000) vê como central o papel do Legislativo, pois em meio a uma situação de crescente cooperação e interdependência entre os países, especialmente após o fim da Guerra Fria, a participação dos Congressos, enquanto manifestantes da vontade popular por meio do voto, traria maior credibilidade e estabilidade aos compromissos que um país assume internacionalmente, o que seria favorável para o avanço das relações internacionais dos países. Para a autora, a institucionalização dos canais de participação legislativa seria uma forma de driblar as inseguranças decorrentes dos processos cooperativos em um ambiente como o do sistema internacional no qual a anarquia tem peso sobre as decisões.

Outro fator a ser considerado, em especial para este artigo, é o de que a globalização é acompanhada de processos de regionalização e integração regional e, especialmente como parte do novo regionalismo, se dá a governança multinível para lidar com questões transnacionais englobando os diversos níveis tocantes aos temas incorporados. Essa dimensão multinível possui atores multifacetados, no qual o nível micro e macro se condensam (STAVRIDIS, 2013) A governança multinível será fruto da importância política e institucional da integração, que conforme avança faz-se competente para criar regras obrigatórias em qualquer setor político, permitindo o enlace entre governança e arranjos institucionais, que traz escopo, profundidade e é base das instituições regionais que querem lidar com mudanças e desafios. (CAPORASO, 2000).

As organizações que são alvo de arranjo regional permitem lidar com as especificidades de sua região de forma mais eficaz que as organizações de caráter abrangente, mas ao mesmo tempo, não tão limitadoras quanto as decisões em âmbito nacional. As instituições regionais são uma forma de sintetizar em si e ser mediadora do nível global com o interno aos países. Os parlamentos regionais são o exemplo dessa modalidade, como é o caso do PARLANDINO, o parlamento da Comunidade Andina, para os países que serão analisados e também as instâncias decisórias da recente Aliança do Pacífico. Instituições como essa se tornam atores internacionais, o que permite o uso do tema “diplomacia parlamentar”.

Para Stavridis (2013) o termo diplomacia parlamentar deve ser analisado com percepção de três dimensões, que é a crescente contribuição parlamentar para política externa a nível nacional da tomada de decisão, pois é uma forma de, ainda que sejam longos os caminhos a se percorrer, compensar os déficits democráticos no âmbito das decisões dos blocos regionais, pois ter parlamentares representantes de certos interesses, nessas instâncias seria uma forma de “democratizar” as decisões. Ademais, a diplomacia parlamentar se torna proeminente e admite papéis para além da resolução de conflitos simplesmente, promovendo *inputs* no monitoramento eleitoral. Outro fator que o autor considera é que a proliferação de instituições parlamentares regionais traz a formação de um novo fórum de debate, discussão e negociação



que pode ser usado por parlamentares de diferentes opiniões, partidos e nacionalidades que podem discutir e formar novas vias de consenso. A América Latina tem em si uma série de iniciativas nesse quesito.

As ideologias, partidos, interesses econômicos são uma forma de explicar as atitudes dos formuladores em âmbito internacional. Ademais, por meio do papel desempenhado nos parlamentos regionais pode-se tornar mais palpável a formação de identidades compartilhadas entre elites políticas, pode ser símbolo da aproximação entre público nacional e organizações internacionais, facilitador de comunicação entre os países, o que poderia, inclusive, ocasionar *spillovers* não imaginados (MALAMUD, STAVRIDIS, 2011). O fato é que pensar em formulação de decisões, especialmente aquelas ligadas a processos de integração regional, sem pensar nos Congressos nacionais, dada as configurações desses processos nos dias atuais, é negar as novas estruturas do processo decisório internacional.

Os processos de integração regional em que o Peru e a Venezuela estão circunscritos são três. O mais antigo entre eles é a Comunidade Andina, que foi criada no final da década de sessenta com influência notadamente marcante do caso europeu, algo que é facilmente comprovado pela organização de suas instâncias decisórias, as quais possuem caráter supranacional e que buscavam a fortalecimento do mercado andino e sua maior relevância. Entretanto, a CAN tem sofrido com uma crescente paralização de suas estruturas e ações concretas.

O outro bloco que forma-se na região e tem como membro os dois países analisados é a UNASUL, que foi criada em 2008 com base na perspectiva de criação de uma identidade sul-americana convergente entre seus membros e na busca por interesses que não tivessem vínculo direto com expectativas comerciais e econômicas, sendo influenciada pela “onda rosa” vista na América Latina, que contou com a ascensão de governos de esquerda e centro esquerda e favoreceu o desenho de projetos integracionistas que fossem além daqueles ditados pelos modelos neoliberais de focar-se em comércio e interesses econômicos.

Por fim, a Aliança do Pacífico foi criada em 2012 e tem em sua constituição México, Chile, Peru e Colômbia, mas tem como membros observadores países europeus, da América do Norte, do Sul e Oceania, o que demonstra sua capacidade integrativa para além de uma região circunscrita e locomove-se tendo como eixo o pacífico e suas potencialidades. Seu foco é a maior conexão com o mercado global e as interconexões possíveis com importantes áreas de escoamento produtivo desse macro região (MUNDORAMA). Após essa breve contextualização referente ao papel dos Congressos e a formulação da política externa, serão apresentados os estudos de caso do Peru e da Colômbia para que o tema em questão adquira maior clareza explicativa.

Os casos do Peru e da Colômbia



No que diz respeito ao caso do congresso peruano é importante salientar sua formação unicameral, sem distinção de câmara alta e baixa, sendo o congresso onde encontra-se toda a concentração de distribuição de poder dentro do país. No tocante a divisão de poder pode-se dizer que o Peru está dividido em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Executivo é representado pelo Presidente da República; o Legislativo pela câmara de 130 congressistas eleitos proporcionalmente de acordo com os votos de seus partidos e o Judiciário representado pela Corte Suprema de Justiça capacitada por ser a instância máxima de julgamento (ALIANZA DEL PACÍFICO).

As eleições peruanas são marcadas pelas fortes alianças que os partidos criam entre si, e, dessa forma, representam frentes que se aliam por um mesmo interesse. Contudo, é importante destacar a força dos partidos Fuerza Popular e Peruanos por el Kambio. Os dois partidos citados são os que disputaram a última eleição presidencial (2016) com a vitória do presidente Pedro Pablo Kuczynski, representante do partido PPK - diga-se de passagem, leva a letra 'K' para se associar com o nome do presidente- derrotando Keiko Fujimori, também fundadora de seu partido e filha do ditador Alberto Fujimori que governou o país na década de 1990 (EL PAÍS).

Dito isso, pode-se encontrar a maior parte desses partidos entre os integrantes de parlamentos internacionais. O Parlamento Andino, por exemplo, disponibiliza cinco cadeiras para a representação peruana, sendo elas ocupadas por três representantes do Fuerza Popular, um do PPK e, um da Frente Amplio, que é uma coligação de partidos (PARLAMENTO ANDINO). No tocante aos preceitos seguidos pelos partidos citados, eles estão situados entre uma posição à direita e centro-direita. Ideias como liberalização econômica, comercial e inserção em grandes cadeias globais de produção perpetuam nos projetos de governo de ambos os partidos.

Desta forma, pode-se entender a força da Aliança do Pacífico como modelo de regionalismo. O projeto que visa livre comércio entre os países Chile, Colômbia, México e Peru, também prevê a criação de alianças externas para o desenvolvimento econômico de seus membros, ou seja, volta-se para o fortalecimento dos países frente ao mercado global (MUNDORAMA).

Por outro lado, temos um diferente modelo de regionalismo mais voltado para a região, que é a Comunidade Andina, que tinha como principal objetivo igualar o desenvolvimento social de seus membros e reduzir desigualdades. O projeto que fora criado em 1969 (COMUNIDAD ANDINA), com os países Bolívia, Equador, Colômbia e Peru, não correspondeu às expectativas, pois não acompanhava o dinamismo econômico capitalista que era exigido de seus membros.

É importante lembrar que o início da modernização peruana não obteve deslanche imediato, o que fez com que o país oscilasse seus índices econômicos gerando uma situação de instabilidade. Em 1979



houve uma retomada democrática no país, a qual levou à presidência Fernando Belaúnde Terry (1980-1985) e Alan García (1985-1990), porém isso não significou grandes avanços em nenhuma área da nação peruana. O país enfrentou desde incompetência das instituições políticas à inflação e desemprego. A crise elegeu Alberto Fujimori em 1990 como novo presidente criando relativa estabilidade e, em 1992, Fujimori fechou o congresso e deferir o golpe de Estado (NATALINO; CARMO; IRINEU, 2009).

O Peru, quando iniciou suas relações diplomáticas, se atentou para os países asiáticos, principalmente a China e, também, os Estados Unidos. Com o passar dos anos, o país foi se voltando para a integração regional latino americana e hoje tem como seu principal bloco econômico a Aliança do Pacífico. Essa iniciativa do governo peruano fez com que seu principal aliado no comércio exterior se tornasse o Brasil, relação essa muito influenciada pela geografia do país, que permite ao governo brasileiro acesso ao mar do pacífico . A disposição peruana em se aliar aos países sul-americanos, não veio somente do Peru, mas uma onda entre as nações que buscavam não só espaço no mercado externo, mas, também, o desenvolvimento social. Foi justamente nesse período que se criou a Comunidade Andina por volta da década de 1970 (NATALINO; CARMO; IRINEU, 2009).

A ascensão dos de membros de centro direita dentro no Congresso peruano demonstra uma tendência atual, na qual a América Latina se situa. Depois de uma forte governança dos partidos de esquerda por volta de 2000-2010, como os últimos presidentes Alejandro Toledo (2001- 2006), Alan García Perez (2006-2011) e Ollanta Humala (2011 - 2016) dos partidos Peru Possible, APRA e PNP (ROJAS), respectivamente, todos de uma posição centro esquerda, hoje as representações se voltam para uma perspectiva mais liberal.

A economia peruana vem crescendo por ano 5,9% e isso se deve, em grande parte, à exportação de mineração, que ocupa grande parte de seu PIB. O país ainda prevê uma inflação de 2,9% para o ano de 2016, a menor da América Latina (ALIANZA DEL PACÍFICO). Todos esses dados condizem com uma realidade peruana de abertura comercial, possibilitando um cenário de oportunidades de acordos bilaterais e desenvolvimento econômico, algo que é embasado por seus representantes em seu Congresso.

Já no que refere-se ao caso colombiano, os partidos tradicionais da Colômbia, Partido Liberal Colombiano e o Partido Conservador Colombiano, caracterizam o sistema de partidos do país pelo dualismo e elitismo, as elites de tais partidos têm dominado as instituições políticas da nação, uma vez que ocupam a maioria das posições de liderança do país, sendo esses, dois dos três principais partidos junto com o Partido Social de Unidad Nacional. Os grandes partidos tradicionais são reconhecidos por serem formados por confederações que, baseadas em organizações de partidos liderados, dependem dos “gamonales”, os quais assumem posição e função por serem de famílias influentes, o que permite conexão com as prestigiosas famílias que compõem a cúpula do partido (BANCO DE LA REPÚBLICA). Entende-se que



os “gamonales” preservam sua posição mediante lealdade própria e, dessa maneira, os partidos tradicionais colombianos não podem ser definidos como partidos de massas, os quais integram a população colombiana de maneira mais geral, pois, tais partidos, se caracterizam por em sua cúpula por serem agrupações notáveis, sendo a sua coesão interna proveniente de elementos culturais comuns e, por isso, os eleitos não se sentem obrigados a respeitar a disciplina do partido e são conhecidos por, normalmente, por ativarem-se em tempos de eleições.

Além do acordo entre a Colômbia e as FARC, nenhum partido político colombiano falou aberta e francamente sobre sua posição sobre quaisquer acordos integracionistas entre seu país e os países da região. As discussões parlamentares tem sido a respeito de políticas internas como assuntos fronteiriços, educação e segurança principalmente às comunidades marginalizadas, apesar do crescente número de acordos regionais.

No que refere-se à UNASUL, no governo do presidente Uribe que, de 2002 à 2010 abrange os dois primeiros anos do bloco, não se definiu uma linha de pensamento e de comportamento em relação a participação do país o bloco, e, não apenas não foi dispensada atenção a tal assunto, como permaneceram dúvidas sobre a sua adesão. Desta forma, a participação do país tem sido irregular desde a sua formação da UNASUL, em setembro de 2008 no Brasil. Nesta ocasião, se adotou as primeiras decisões sobre as ações em algumas áreas, uma das quais era segurança com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, o qual se tornaria o centro das ações de UNASUL (UNASUR), a partir de 2009, sobre as facilidades previstas para os Estados Unidos no tocante as com bases militares em território colombiano. As reuniões sobre este assunto mostraram o isolamento do governo colombiano neste fórum, pois ficou claro que a presença de tropas estrangeiras em terras sul-americanas provocava desconforto aos outros governos da região.

Outros elementos que tornam difícil avaliar o grau de apoio do governo colombiano para com a UNASUL são: o atraso na ratificação do tratado constituido pelo Congresso, a renúncia do pré-seleccionado ao cargo de secretário-geral, o ex-presidente equatoriano Rodrigo Borja, que não teve apoio dos governos para atribuir condições institucionais mínimas para trabalhar e as dúvidas sobre a UNASUL ser, de fato, um mecanismo de integração verdadeira e não um fórum que trata de assuntos políticos.

A Colômbia também iniciou uma série de acordos internacionais de comércio livre entre si e outros países da América Latina muitos deles pelo MERCOSUL, bem como com Canadá, Estados Unidos e Europa. Os tratados entre a Colômbia e os Estados Unidos, bem como a União Europeia, possuem maior importância econômica. Os Estados Unidos foram o principal parceiro comercial da Colômbia. Em 2010, 43,1% das exportações colombianas foram para os Estados Unidos, enquanto a percentagem de importações dos EUA para a Colômbia se compôs por 25,9% de sua economia de mercado (UNITED STATES TRADE OF REPRESENTATIVE). A União Europeia detém 12,6% das exportações e 14% das importações,



enquanto a China detém 4,9% das exportações e 13,5% das importações. Os maiores parceiros comerciais da Colômbia na América Latina são o Equador, Venezuela, México e Brasil. A Colômbia detém apenas 0,67% das exportações da Venezuela, apesar de os países partilharem uma fronteira(OEC).

Os partidos políticos da Colômbia, sete dos oito principais partidos, encontrariam tal papel colombiano no âmbito do comércio internacional como aceitável. O Partido Liberal Colombiano, Partido Social de Unidade Nacional, Partido Conservador Colombiano, Centro Democrático, Mudança Radical, Partido Verde e Partido de Integração Nacional são todos a favor do avanço econômico da Colômbia no mercado global e, isto incluiria o comércio com os Estados Unidos, Canadá, China, e potências europeias, além daquelas dentro da América Latina (PARTIDO LIBERAL COLOMBIANO;PARTIDO CONSERVADOR). O partido Pólo Democrático Alternativo, no entanto, se opõe fortemente a qualquer tipo de relações com os Estados Unidos, seja militar ou econômica, demonstra-se que para grande parte dos partidos colombianos, o avanço no mercado global é diretamente ligado à relação com os Estados Unidos.

Como afirmado anteriormente, quando se trata de comércio, especialmente entre os países da América Latina, todos os oito principais partidos provavelmente estão de acordo e apoiam as trocas comerciais regionais, uma vez que as mesmas fortalecessem a economia colombiana. No entanto, essa opinião é mais generalizada, já que pouco pode-se afirmar sobre haver uma oposição dentro dos partidos individualmente sobre os seus desejos e interesses para diferentes economias. O Partido Social da Unidade Nacional, Partido Conservador Colombiano, e Centro Democrático são a favor de uma economia privada, na qual os indivíduos ou empresas privadas possam definir o preço dos seus produtos e não precise passar pelo crivo do Estado. Já o Mudança Radical e o Partido de Integração Nacional não declaram especificamente que tipo de economia eram favoráveis, mas pode-se supor que, provavelmente, uma economia mista, que refere-se a uma economia composta de ambos os setores público e privado. O Partido Verde é a favor de uma economia social-democrata, que é uma combinação de intervenções sociais e econômicas dentro de uma economia capitalista. Por último, o partido Pólo Democrático Alternativo, também é a favor de uma economia mista. Apesar os citados oito partidos políticos terem diferenças em relação as suas políticas econômicas, cada um deles quer ver a Colômbia desempenhar um grande papel no mercado global (BANCO DE LA REPÚBLICA).

É perceptível que a Colômbia tende a favorecer acordos de integração como a Comunidade Andina de Nações (CAN), com a qual exportou um total de 1.700.404,4 dólares e importou bens num total de 1.932.718,5 dólares desde 2014 até junho de 2016. E também a Aliança do Pacífico, acordo que fez exportar de 2014 a junho de 2016 uma quantia de 1.242.952,9 dólares, e por onde importou, no mesmo período, 2.394.529,6 dólares(COMUNIDAD ANDINA).



A participação do Congresso Colombiano na formulação da política externa ainda demanda maior expressividade. No período de 2002 a 2010 apresentou apenas 26 projetos relacionados com questões fundamentais da política externa do país: nove relacionados à Segurança e Defesa, seis de Política Internacional e onze relacionados a Conflitos. E destes, apenas dois transformaram-se em leis, um deles de criação do Sistema de Migração Nacional e outro que simplesmente declarou o ano de 2008 como o ano da promoção de Direitos dos deslocados internos. Tal fato indica que 92,31 % d procedimentos legislativos foram arquivados ou retirados por seus autores, sem que os debates legislativos surtissem efeito sobre a elaboração da política internacional.

Considerações Finais

Os Congressos nacionais dos países analisados representam a tentativa de delineamento de uma política externa menos insulada no Executivo e nos órgãos especializados que, com os processos de redemocratização, tornam mais favorecidas a adoção de ações que favoreçam a atuação de visões e interesses plurais nos rumos externos adotados por um país, ou pelos blocos regionais nos quais os Estados estão circunscritos.

Os blocos regionais em questão são a CAN, experiência de integração mais antigo do cone sul, que conta com instâncias decisórias supranacionais, mas que possui baixo alcance de adesão de suas decisões, a UNASUL, modelo de um novo momento inaugurado nos anos 2000, em que muitos países da América Latina passam a ter presidentes de esquerda e centro esquerda, chamada de “onda rosa” que favoreceu não somente blocos que se formassem, como ocorre com a UNASUL, ou se reconfigurem, como é o caso da CAN e Mercosul, com base em interesses mais amplos de cunho social e político.

A Aliança do Pacífico que tem como membros Peru e Colômbia vêm se fortalecendo no cenário latino americano nos últimos anos, sendo o segundo maior bloco da região e 40% do PIB da América do Sul (MUNDORAMA), pois demonstra a retomada aos modelos liberais com ênfase na crescente liberalização comercial, foco nas cadeias globais de produção e na liberdade de acordos bilaterais mais flexíveis, que não necessariamente tenham que ser negociados em bloco, algo que vinha sendo enfatizado por aqueles que prezavam por maior autonomia na defesa dos interesses nacionais.

Essa mudança nos governos da América Latina iniciadas em nos anos 2000 com a onda rosa e, que agora apresenta sinais de desgaste, expressos pela maior predileção a governantes e congressistas mais conservadores e liberais são significativos não apenas para os rumos processos de integração regional, mas também, para a postura adotada pelos países em sua política externa. Tanto o Peru quanto a Colômbia demonstraram tendência a voltarem-se para os acordos com as grandes potências e interesses de perfil mais



comercial com vistas a integração aos grandes mercados globais como forma de adquirir maior peso no sistema internacional. As instâncias regionais são contempladas, mas são de caráter secundário, a não ser aquelas, como a Aliança do Pacífico, que permitem maior participação perante as grandes potências. Esse delineamento se vê favorecido, especialmente, por ter um Congresso nacional, em ambos os casos, que conta com maioria de partidos de liberais que favorecem esse molde de política externa.

Bibliografia

ALIANZA DEL PACÍFICO. Países. Disponível em: < <https://alianzapacifico.net/paises/#peru> >. Acessado: 18 de agosto de 2016.

AYERBE, L. F. Neoliberalismo e Política Externa na América Latina. Editora Unesp, 1998.

BANCO DE LA REPÚBLICA. Actividad Cultural. História dos Partidos Políticos na Colômbia. Disponível em: <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/ayudadetareas/politica/historia_partidos_politicos_colombia#Partidos_politicos_en_la_actualidad> Acessado: 12 de agosto de 2016.

COMUNIDAD ANDINA. Resenã Histórica. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=195&tipo=QU&title=resena-historica>> Acessado: 08 de agosto de 2016.

COMUNIDAD ANDINA. Estadísticas de Comércio Exterior de Bienes. Disponível em: <<http://extranet.comunidadandina.org/sicextwp/>> Acessado: 08 de agosto de 2016.

CAPORASO, J. A. Regional Integration Theory: understanding our past and anticipating our future. In: SANDHOLTZ, W. e SWEET, A. S. (orgs.). European integration and supranational governance. Oxford: Oxford University Press, .p.334-352,1998.

CONGRESSO VISIBLE. Documentos parlamentares do Congresso colombiano. Disponível em:<<http://congresovisible.org/>> Acessado: 07 de agosto de 2016..

EL PAÍS. América Latina vive o fim da era dourada da esquerda no poder. Disponível: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/27/internacional/1456608633_490106.html> Acessado: 01 de setembro de 2016.

EL PAÍS. Kucyinski vence no Peru. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/10/opinion/1465578272_224703.html> Acessado: 5 de agosto de 2016.

IPRI SEMINÁRIOS. Os países da Comunidade Andina 2. Brasília, 2004

LIMA, M. R.S e SANTOS, F. O Congresso e a política exterior. Lua Nova, São Paulo: n. 52, p. 121-150,2001.

LIMA, M.R.S, Instituições Democráticas e Política Exterior. Contexto Internacional. Rio de Janeiro: vol.22, n.2, p.265-303, julho/dezembro,2000.

MALAMUD, A. e STAVRIDIS, S. Parliaments and Parliamentarians as International Actors In: REINALDA, B. Non-State Actors. Radboud University Nijmegen: Ashgate Publishing .p.101-116,2011.



MARTIN, L. Democratic Commitments – Legislatures and International Cooperation. Princeton: Princeton University, 2000.

MINCOMERCIO INDUSTRIA Y TURISMO. Seguimiento Visión Regional. Disponível em: <http://www.mincit.gov.co/tlc/publicaciones.php?id=6881>.

MUNDORAMA. A Aliança do Pacífico e a importância das relações bilaterais entre Brasil e Peru. Disponível em: < <http://www.mundorama.net/2013/09/06/a-alianca-do-pacifico-e-a-importancia-das-relacoes-bilaterais-entre-brasil-e-peru-por-samuel-de-jesus/> > Acessado: 29 de agosto de 2016.

NATALINO, E. C.; CARMO, C. A. do; IRINEU, P. P. B. Peru: Evolução Recente E Futura. Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

ONUJI, J; RIBEIRO, P.F; OLIVEIRA, J.A. Political Parties, Foreign Policy and Ideology: Argentina and Chile in Comparative Perspective. Brazilian Political Science Review, Rio de Janeiro: vol.4, não paginado, 2009.

OECD. The Observatory of Economic Complexity for Venezuela. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/ven/>> Acessado: 12 de agosto de 2016

OECD. The Observatory of Economic Complexity for Bolivia. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/bol/>> Acessado: 10 de agosto de 2016.

OECD. The Observatory of Economic Complexity for Colombia. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/col/>> Acessado: 07 de agosto de 2016

PARTIDO LIBERAL COLOMBIANO. Historia del Partido Liberal. Disponível em: <<http://partidoliberalcolombiano.info/PartidoLiberal/EILiberalismo/Historia/tabid/142/Default.aspx>> > Acessado : 30 de julho de 2016

PARTIDO CONSERVADOR. Ideologia do Partido Conservador Colombiano. Disponível em: <<http://partidoconservador.com/bancada-en-el-congreso/>> Acessado: 30 de julho de 2016.

ROJAS, L.C.V. Dies últimos presidentes del Perú. Disponível em:< <https://prezi.com/8rpczyluuqh3/diez-ultimos-presidentes-del-peru/>> Acessado:18 de agosto de 2016.

STAVRIDIS, S. Responsibility to Protect: What role for parliamentary diplomacy? *Reshape Online Paper Series*. Paper n.02, vol.13, p.3-23, 2013. Disponível em: < <http://www.archiviofscpo.unict.it/europa/JMAP/repaper2.pdf> >. Acessado: 13 de agosto de 2016.

UNITED STATES TRADE OF REPRESENTATIVE. Office of The United States Trade Representative with Colombia. Disponível em: <<https://ustr.gov/countries-regions/americas/colombia>> Acessado: 07 de agosto de 2016.

UNASUR. História e documentos relacionados à UNASUL. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/>>. Acessado: 12 de agosto de 2016.

PARLAMENTO ANDINO. Representaciones. Disponível em: <<http://www.parlamentoandino.org/index.php/representacion-nacional/peruana>> Acessado: 08 de agosto de 2016.